

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 537.526 - SP (2019/0298338-6)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : MARIANA GOFREDO DE ARAUJO  
**ADVOGADO** : MARIANA GOFREDO DE ARAUJO - SP387154  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : THAYLLOR VINICIUS ARCANJO PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de THAYLLOR VINICIUS ARCANJO PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2182516-90.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 2 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inciso II, c/c o 14, inciso II, ambos do Código Penal (e-STJ fls. 17/20).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação e, paralelamente, impetrou *habeas corpus* na Corte local. Entretanto, o *writ* não foi conhecido (e-STJ fls. 11/16), em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS - ROUBO QUALIFICADO TENTADO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ALTERAÇÃO DO REGIME PARA O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA - MATÉRIA QUE ENSEJA MODIFICAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA - VIA ELEITA INADEQUADA - ORDEM NÃO CONHECIDA.*

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/10), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois não corrigiu o ilegal regime prisional fixado na sentença. Afirmar que o paciente é *primário, de bons antecedentes, não possui inquérito nem outro processo em curso, tampouco condenação. Não possui, sequer, processo na vara da infância e juventude. Pelo contrário desde adolescente já trabalhava para*

# Superior Tribunal de Justiça

*ajudar nas despesas de sua família* (e-STJ fl. 7). Além disso, aduz que a gravidade abstrata do delito não constitui motivação válida para o recrudesimento do regime, motivo pelo qual conclui que o paciente faz jus a regime prisional mais brando.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede o abrandamento do regime inicial.

É o relatório. **Decido.**

Não obstante as razões deduzidas na petição inicial, não vejo como dar seguimento ao presente *writ*.

Afinal, as razões da presente impetração e respectivo pedido não foram objeto de debate pela Corte local, que entendeu pela inadequação da via eleita, na medida em que a matéria seria apreciada no recurso de apelação já interposto, questão que sequer foi impugnada no presente *mandamus*.

Além disso, o Juízo sentenciante apresentou motivação concreta para o recrudesimento do regime, cujo exame de adequação compete ao Tribunal *a quo*, em sede recursal própria.

Portanto, inexistente pronunciamento do Tribunal de origem sobre o mérito da questão ora aventada e não sendo detectado, de plano, flagrante constrangimento ilegal, resulta inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial do *habeas corpus*.

Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

